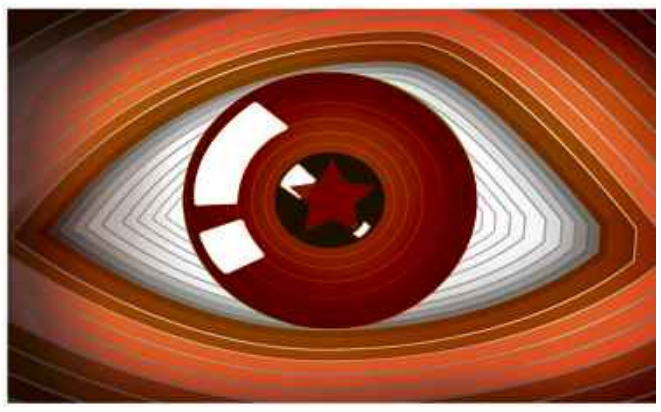
Nas entrelinhas

por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br



"Já ganhou" preocupa Lula

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva está em Brasília para conversar com todo mundo, ou seja, "com quem queira conversar com ele", destaca o deputado Carlos Zaratinni (PT-SP), líder da Minoria no Congresso, que ontem participou da conversa do líder petista com as bancadas de deputados e senadores da legenda. Acompanhado da presidente do PT, Gleisi Hoffmann, Lula também se encontrou com os governadores do PT no Nordeste: Camilo Santana (Ceará), Fátima Bezerra (Rio Grande do Norte), Rui Costa (Bahia) e Wellington Dias (Piauí). Também estiveram na reunião a vice-governadora do Sergipe, Eliane Aquino, e o senador Jaques Wagner (PT-BA).

Domingo à noite, Lula teve um encontro com o governador de Pernambuco, Paulo Câmara (PSB), acompanhado do senador Humberto Costa (PT-PE), em mais um passo para consolidar a aliança com o PSB, cujas negociações estão muito adiantadas. Esqueçam o apoio dos caciques do MDB ao impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. Amanhã, Lula jantará na casa do ex-senador Eunício de Oliveira (CE) com o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, o ex-presidente José Sarney, os senadores Renan Calheiros (MDB-AL) e Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB), e os ex-senadores Edison Lobão (MDB-MA) e Romero Jucá (MDB-RR).

Na conversa de ontem com os parlamentares petistas, Lula traçou a linha de suas conversas. Primeiro, não existe "já ganhou". Devido ao peso do Estado e à capacidade de influência política da máquina do governo, avalia que o presidente Jair Bolsonaro ainda não estaria fora da disputa — pode se recuperar e se reeleger. Obviamente, o petista faz essa avaliação olhando para o final do seu primeiro mandato, quando teve dificuldades para se reeleger em razão dos escândalos do mensalão e dos dólares na cueca de um petista, às vésperas do primeiro turno. Em 2006, teve que disputar o segundo turno com o tucano Geraldo Alckmin.

> *"Devido ao peso do Estado e à capacidade de influência política da máquina do governo, avalia que o presidente Jair Bolsonaro ainda não estaria fora da disputa — pode se recuperar e se reeleger"*

Segundo, Lula não vai reinventar a roda. Pretende apresentar propostas baseadas nas realizações de seu governo, que lhe garantiram alta aprovação no final do segundo mandato, e agora pretende resgatar. A desconstrução das políticas públicas por Bolsonaro, de certa forma, facilita a comparação entre os dois governos, ainda mais num cenário com alta da inflação, fome e desemprego.

Terceiro, nada de radicalização. Lula orientou as bancadas petistas a não embarcarem no discurso de ódio e focar a narrativa na questão social, no aumento das desigualdades e injustiças sociais. Sua intenção é apresentar um programa eleitoral com propostas para melhorar a vida do povo, não entrar na polarização ideológica. Por isso mesmo, não contem com o PT para o impeachment de Bolsonaro.

Adversário ideal

O jantar com os velhos aliados do MDB foi encomendado pelo próprio Lula, durante encontro com Eunício Oliveira, no Ceará. Não existe um assunto específico, mas a conversa a entre esses velhos políticos gira sempre em torno de um assunto: a conquista e/ou manutenção do poder. Com um pé no governo e outro na oposição, as bancadas do MDB derivam para o ex-presidente, principalmente no Norte e Nordeste, embora a senadora Simone Tebet (MS) seja pré-candidata a presidente da República e o presidente da legenda, Baleia Rossi (SP), tenha uma aliança forte com os tucanos em São Paulo, tão robusta que a legenda herdou a Prefeitura da capital com a morte do ex-prefeito Bruno Covas.

No momento, o maior temor de Lula é o surgimento de uma candidatura de terceira via que possa deslocar Bolsonaro do segundo turno, caso o governo continue derretendo. Por seu turno, o presidente só não considera Lula o adversário ideal porque o petista é favorito nas pesquisas e ameaça ser eleito já no primeiro turno. Entretanto, Bolsonaro ainda aposta no antipetismo para ganhar as eleições. Todas as pesquisas mostram que ele também teria dificuldades de se reeleger numa disputa de segundo turno com outros candidatos.

A um ano das eleições, o terceiro colocado nas pesquisas de opinião continua sendo o ex-governador do Ceará Ciro Gomes, que continua às turras com os petistas. O governador paulista João Doria (PSDB) continua patinando nas pesquisas. Sua candidatura subiu no telhado, porque o governador gaúcho Eduardo Leite vem recebendo apoios internos importantes. Ninguém sabe qual será o desfecho das prévias tucanas, marcadas para novembro. Essa indefinição estimula outras pré-candidaturas, como as do ex-ministro da Saúde Henrique Mandetta, e do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (MG), ambos do DEM, e a do senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE), que vem se destacando na CPI da Covid.

CONGRESSO

"Jabutis" podem reter MP para a crise hídrica

Relatório da medida provisória está ameaçado de não seguir adiante devido às estranhezas nele incluídas — algumas batem forte no bolso dos consumidores residencial e comercial

» ISRAEL MEDEIROS
» JORGE VASCONCELLOS

Jefferson Rudy/Agencia Senado

Pacheco limpou a pauta de quatro MPs que estavam para caducar

A Câmara pode votar, hoje, o relatório da Medida Provisória da Crise Hídrica (1.055/2021) que foi assinada pelo Executivo em junho e estabelece, entre outros pontos, a criação de um comitê de crise. O problema é que o relatório elaborado pelo deputado Adolfo Viana (PSDB-BA), apresentado na última sexta-feira, tem uma série de "jabutis" que, inclusive, podem bater no bolso dos consumidores residencial e comercial. Esses itens estranhos à matéria ameaçam suspender a votação.

Isso porque há um item na MP voltado para a construção de gasodutos, com gastos que podem ser repassados como mais um custo de geração de energia. Segundo estimativa feita pela Associação dos Grandes Consumidores de Energia e de Consumidores Livres (Abrace), o relatório de Viana pode ter um impacto de R$ 46,5 bilhões no bolso do cidadão. Só para construir a ligação entre as usinas de energia e as refinarias de petróleo — que produzem o gás combustível —, os cálculos são de que geradores e consumidores arcariam com uma conta de R$ 33,2 bilhões em 15 anos.

Além desse "jabuti", há outro sobre a extensão de subsídios para carvão mineral — que acabariam em 2027 — até 2035. Também aumentam os prazos de contratos de pequenas centrais hidrelétricas, da MP da Eletrobras, de 20 para 25 anos, além de ser estendido o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (Proinfa).

Para Daniel Ito, gerente de Monitoramento Estratégico da Esfera Energia, a inclusão dos gasodutos no texto não faz sentido. "Apesar de o setor elétrico utilizar o gás como fonte de energia para algumas usinas, não acho correto incluir na conta de luz um subsídio para criação de gasodutos, principalmente quando as usinas podem ser construídas onde já há a infraestrutura e inclusive estão próximas aos grandes centros de consumo de energia elétrica", explicou.

Segundo Ronaldo Bicalho, diretor do Instituto Ilumina, o setor elétrico "perdeu completamente a noção" do que fazer no que diz respeito às pautas que tramitam no Congresso, ao solicitar que diversos jabutis fossem incorporados ao parecer.

"Você está aprovando uma série de medidas importantes num quadro institucional fragilizado. Qual o resultado disso? Você tem uma série de aberrações. A questão dos gasodutos apareceu na MP da Eletrobras e agora de novo nesse texto. Há uma série de lobbies e interesses que começam a colocar penduricalhos, é uma zona completa", opinou.

MPs prorrogadas

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), prorrogou, por 60 dias, a vigência de quatro medidas provisórias, entre as quais a MP 1.061/2021, que cria o Auxílio Brasil, substituto do Bolsa Família. A decisão foi publicada no *Diário Oficial da União* de ontem.

As outras medidas provisórias prorrogadas são: a MP 1.060/2021, que repassa R$ 3,5 bilhões para acesso à internet na rede pública de educação; a 1.063/2021, que altera o modelo de comercialização de etanol nos postos de combustíveis; e a 1.062/2021, que libera R$ 9,1 bilhões para o combate à pandemia. Todas passam a valer assim que publicadas pelo Executivo, mas perdem validade se o Congresso não aprová-las num prazo de 120 dias.

» CEO da VTCLog deve se calar na CPI

A CPI da Covid chega na última semana de depoimentos. O colegiado se debruça, agora, em oitivas mirando a Prevent Senior e a VTCLog — cujo depoimento de Raimundo Nonato Brasil, CEO da empresa, está agendado para hoje. O empresário, porém, obteve habeas corpus no Supremo Tribunal Federal e a expectativa da oitiva é de perguntas não respondidas. Para amanhã está marcado o depoimento de Paulo Roberto Rebello Filho, presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar — que supostamente não teria apurado os experimentos da Prevent em pacientes com cloroquina, ivermectina e azitromicina — medicamento sem eficácia contra a covid-19.